MIGRAÇÃO, MIGRAÇÕES¹

Rosana Baeninger*

Introdução

Ao longo dos últimos cinqüenta anos do século XX, as migrações internas reorganizaram a população no território nacional, onde as vertentes da industrialização e das fronteiras agrícolas constituíram os eixos da dinâmica da distribuição espacial da população no âmbito interestadual, muito embora a primeira vertente detivesse os fluxos mais volumosos.

Nesse sentido, as análises a respeito do processo de distribuição espacial da população nos anos 70², e até mesmo durante a década de 80, estiveram baseadas e preocupadas em apontar o crescente e intenso movimento de concentração:

a) da migração, com a predominância do fluxo para o Sudeste; b) do processo de urbanização, com a enorme transferência de população do campo para a cidade, quando cerca de 30 milhões deixaram as áreas rurais (Martine, 1994); e, c) da concentração da população, manifestada no processo de metropolização.

De fato, essas características representaram e compuseram a sociedade urbano-industrial brasileira (Faria, 1991), com a

^{*} Departamento de Demografia-IFCH, Núcleo de Estudos de População.

¹ Estudo realizado no âmbito do Projeto Temático da FAPESP "Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório no Esta do de São Paulo" (NEPO/UNICAMP).

² Veja-se a importante contribuição de Martine (1987).

concentração tanto de atividades econômicas quanto populacional. É revelador nesse processo, no entanto, que os efeitos da desconcentração relativa das atividades econômicas³, iniciados no decorrer dos anos 70, não tivesse tido reflexos imediatos nos deslocamentos populacionais captados pelo censo demográfico de 1980; somente no período 1981-1991 é que esse processo tornou-se mais evidente, sugerindo uma defasagem entre os deslocamentos das atividades econômicas e os deslocamentos de população⁴.

No entanto, além das "trajetórias dominantes"⁵, fenômenos de suma importância para a dinâmica da mobilidade espacial da população já emergiam naquele período. Um deles referia-se ao refluxo de mineiros para seu Estado já nos anos 70⁶, apontando o incipiente processo de reversão emigratória da área; cerca de 35,6% dos imigrantes para o Estado de Minas Gerais eram de retorno naquele período. O processo de desconcentração das atividades econômicas que marcava o período 1970-1980 beneficiou Minas Gerais, podendo já ter contribuído, nesse período, para a absorção de sua população natural, bem como para atração e, inclusive, refluxo de população.

Outro aspecto a considerar refere-se aos possíveis destinos migratórios nos anos 70. Martine e Carvalho (1989) sintetizam os deslocamentos populacionais, desse período, destacando a ocorrência do aumento no número de estados expulsores de população e a redução nos receptores. Na verdade, das vinte e seis UF's existentes em 1980⁷, onze delas haviam registrado trocas migratórias positivas com outros estados, das quais cinco estavam no Norte, indicando que entre 1970-1980 essa fronteira foi capaz

Migrações

_

³ Veja-se Negri (1996), Diniz (1995); Cano (1995); Pacheco (1998).

⁴ Negri (1996) aponta essa possível defasagem entre dinâmica econômica e dinâmica migratória em seu estudo a respeito do processo de desconcentração da indústria no País.

⁵ Veja-se Brito (1997).

⁶ Brito (1997) indica essa tendência para os anos 70.

⁷ Tocantins ainda fazia parte de Goiás.

de aumentar o número de estados absorvedores de população no País; no cômputo geral, havia, nos anos 70, mais estados "perdedores" que "ganhadores" de população⁸. Essa situação inverteu-se na década seguinte, com os anos 80 entrando na história migratória recente do país com o maior número de "espaços ganhadores" nas migrações interestaduais, mesmo tendo o Rio de Janeiro registrado perdas populacionais.

De fato, de uma para outra década, ocorreram significativas mudanças econômicas que tiveram rebatimentos sobre os movimentos migratórios. Ao lado do processo de esgotamento das fronteiras agrícolas, o País conviveu com o importante processo de desconcentração relativa da indústria, que implicou na alteração da distribuição das atividades econômicas, em particular as industriais (Pacheco, 1998). Para esse período, pode-se concluir que essa desconcentração relativa da indústria propiciou também fluxos migratórios nessas direções, bem como reteve uma população que potencialmente migraria destas áreas.

Foi particularmente importante no período 1981-1991, o movimento de retorno aos estados de nascimento, os quais também contribuíram para a elevação no número de estados ganhadores. Assim, os anos 80 já indicavam a expansão dos espaços da migração⁹, tendência que se viu confirmada nos anos 90, particularmente que que se viu confirmada nos anos e os inter-regionais.

Na continuidade das mudanças nos movimentos migratórios, as tendências na migração interna no Brasil nos anos 90 apontaram:

- os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se, consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas;
- 2) mantiveram-se como *área de absorção* de fluxos de longa distância, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste;

_

⁸ Eram 15 estados perdedores de população contra 11 ganhadores.

⁹ Veja-se Baeninger (1999).

- 3) houve a recuperação migratória no âmbito intra-regional de "espaços perdedores" no âmbito nacional, especialmente os estados nordestinos;
- 4) houve o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional, com a maior parte dos estados tornando-se "ganhadores" de população mesmo que estes ganhos estejam circunscritos a contextos regionais específicos.

A análise dos movimentos migratórios, em anos recentes indica o reforço da tendência de configuração de novos espaços da migração, agora, no entanto, muito mais relacionados ao âmbito de suas próprias regiões.

Movimentos Migratórios: um novo olhar para o século 21

No início do século 21, as migrações internas tornaram-se ainda mais complexas, sem a definição – que anteriormente poderia se visualizar – dos rumos da migração no país, considerando o comportamento verificado em décadas anteriores.

As análises recentes acerca dos processos migratórios permitem apontar a tendência ao descolamento da relação migração-industrialização (Singer, 1973), migração-fronteira agrícola (Martine e Camargo, 1984), migração-desconcentração industrial (Matos, 2000; Baeninger, 1999), migração-emprego e migração-mobilidade social (Faria, 1983).

O contexto atual da economia e da reestruturação produtiva, em anos recentes, induziu um novo dinamismo às migrações no Brasil, onde os fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração, outras etapas – que pode ser mesmo o próprio local de origem antes do próximo refluxo para o último destino–, onde as migrações assumem um caráter mais reversíveis (Domenach e Picouet, 1990) do que nas explicações que nos pautávamos até o final do século 20. Essa reversibilidade diz respeito tanto às áreas de origem, com um crescente vai-e-vem, como às de destino, com o incremento da migração de retorno.

É nesse contexto, que a migração interestadual, para o conjunto do país, continuou exibindo decréscimos em seus volumes, que passou de 5,2 milhões, entre 1995-2000, para 4,6 milhões, entre 1999-2004, e 3,8 milhões, de 2005-2009. Esse decréscimo, contudo, não implica em uma tendência à estagnação das migrações; ao contrário, denota outros arranjos da própria migração interna, bem como seus atuais desdobramentos, com novas modalidades de deslocamentos populacionais em âmbitos locais e regionais.

Para o entendimento deste novo cenário das migrações no país é necessário que se observe as tendências atuais da Região Nordeste. Com uma tendência que se delineia desde os últimos vinte anos, a região Nordeste continuou o decréscimo em seus saldos migratórios negativos, o que indica a força da migração de retorno na composição de sua imigração. Esta nova face e nova fase da imigração para o Nordeste estão relacionadas ao contexto atual da Região Metropolitana de São Paulo, em especial, e do Rio de Janeiro, e a reorganização da indústria no território nacional (Coutinho, 1998). As dinâmicas migratórias dos estados do Nordeste são profundamente marcadas por oscilações em temos de recuperação, absorção e expulsão de suas populações que refletem tanto os processos intra-regionais, como a instabilidade das tendências dos movimentos migratórios de retorno.

O estado da Bahia é um dos melhores exemplos; com uma trajetória de perdas migratórias por mais de cinqüenta anos, as PNADs recentes revelam um maior contingente de imigrantes do que de emigrantes . Nesse contexto, torna-se pertinente, mais uma vez destacar, as análises a respeito da reversibilidade das migrações, como aponta Domenach e Picouet (1990).

A compreensão das migrações no Nordeste passa, necessariamente pela nova realidade da Região Sudeste. Os movimentos migratórios, do início do século XXI, transformaram os grandes estados de atração populacional dos anos 70 – São Paulo e Rio de Janeiro – em áreas de perdas migratórias. Estas perdas podem estar relacionadas, muito mais, às saídas de população da Região Metropolitana de São Paulo,

com histórico consolidado de migrações interestaduais – em especial nordestina–, do que ao cenário do interior paulista, que vem expandindo suas áreas de migração com o Nordeste mais recentemente (Baeninger, 2006).

Para as antigas áreas de fronteiras agrícolas (Norte e Centro-Oeste), as mudanças nos movimentos migratórios também foram expressivos, indicando o esgotamento nos processos interestaduais.

O entendimento das migrações internas atuais , a partir de um novo olhar para os processos migratórios, conduz à substituição de conceitos historicamente datados, tais como:

- a) áreas de evasão por áreas de perdas migratórias;
- b) áreas de atração ou absorção por áreas de retenção migratória;
- c) áreas de origem e destino por áreas/etapas constituintes dos processos de rotatividade migratória.

Duas dimensões estão particularmente presentes na re-definição desses processos: em primeiro lugar, a própria reversibilidade dos diferentes fluxos migratórios, em especial as oscilações nos volumes de emigração e imigração e suas novas modalidades; em segundo lugar, a menor permanência das condições da migração para a caracterização das áreas.

O caso de Estado de São Paulo é indicativo de tais alterações. Nas principais trocas migratórias ocorridas a partir dos anos 2000, dentre os estados brasileiros, São Paulo apresentou-se como área de forte perda migratória para os estados da região Sul e Centro-Oeste e Amazonas; área de retenção da migração com nas trocas com os estados do Pará e Rio de Janeiro; e, área de rotatividade migratória com os restantes vinte estados brasileiros, onde se incluem os estados do Nordeste.

Como se poderia visualizar essa configuração migratória para São Paulo dez anos atrás? Como mantermos a hipótese de que esta tendência atual de rotatividade migratória permanecerá?

A passagem de uma "condição migratória" de retenção, perda ou rotatividade migratória para qualquer área é bastante

tênue e por isso a dificuldade, cada vez maior, de explicações do fenômeno migratório.

O mapa das migrações no Brasil hoje espelha processos de interiorização da urbanização, de novas alocações de atividades

Amazonas

Pari

Ceará

Rio Grande
do Norte

Parala

Are

Tocantis

Baylia

Sergipe

Mato Grossolo Sul

São Paulo

Parana

Santa Gearina

Rio Grande do Sul

Rio Grande
do Norte

Parana

Rio Grande
do Norte

Rio Grande
do Norte

Parana

Rio Grande
do Norte

Rio Grande
do Norte

Parana

Rio Grande
do Norte

Parana

Rio Grande
do Norte

Parana

Rio Grande do Sul

Santa Gearina

Rio Grande do Sul

Mapa 1: Principais Fluxos Migratórios Interestaduais, 2005-2009

Fonte: FIBGE PNAD 2009. Tabulação NEPO/UNICAMP.

Idéias | Campinas(SP) | n. 2 | nova série | 1º semestre (2011)

econômicas, de reconfigurações regionais, onde se diversificam e se alteram os projetos migratórios dos indivíduos. A grande área de retenção migratória nacional dos anos 2000 é o Estado de Goiás, e não mais São Paulo e Rio de Janeiro. Tais estados passaram a se configurar como áreas de rotatividade migratória com intensas idas-e-vindas de migrantes.

As migrações de curta distância e no âmbito dos próprios estados refletiram processos sociais importantes, com destaque para o último fio das migrações rurais-urbanas e a predominância das migrações urbanas-urbanas, em especial nos estados do Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Santa Catarina.

Considerações Finais

A redefinição da complementaridade em termos de transferências de população do Nordeste para o Sudeste marcam o caráter reversibilidade dos movimentos migratórios internos de longa distância no Brasil.

Entretanto, os volumes de imigração e emigração entre Nordeste-São Paulo não serão muito menores; isto por que em um contexto de enorme transformações na dinâmica produtiva, onde o setor terciário tem importante papel – quer seja nas metrópoles do Sudeste ou no Nordeste – e o emprego na indústria oscila conforme o mercado internacional, a rotatividade migratória tenderá a se consolidar, marcando uma nova fase do processo de redistribuição espacial da população brasileira.

Assim, as migrações no início dos 2000 redefinem seus pólos, configurando-se muito mais áreas de retenção da migração do que uma tendência polarizadora de longa permanência. É nesse sentido, que se pode observar nas migrações nacionais, a partir dos 2000, uma faixa que se estende do Mato Grosso passando por Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí até o Pará as maiores áreas de retenção migratória.

Já o outro corredor da migração nacional é historicamente conformado pelos fluxos Nordeste-Sudeste, e agora pelos seus refluxos Sudeste-Nordeste, onde transitam os volumes mais elevados da migração do país, com intensas áreas de rotatividade migratória, mas com *espacialidades migratórias em âmbito sub-regional*, como são os casos de Minas Gerais, Bahia e São Paulo.

Na Região Sul também se configura esse espaço sub-regional da migração, com a espacialidade migratória de Santa Catarina. Já no extremo norte do país, além da baixa mobilidade populacional, não há como caracterizar nenhum espaço migratório que se defina como centralidade destes movimentos, apesar da importância do Amazonas na recepção dos fluxos migratórios do Pará e da atual retenção migratória de Roraima.

A complexidade do fenômeno requer que se considere muito mais que os fluxos de imigração, emigração e suas trocas migratórias; é preciso que sejam incorporadas dimensões – dentre outras, a reversibilidade da migração e sua temporalidade – capazes de captar os novos espaços da migração, quer sejam como áreas de retenção de população, de perda migratória ou ainda, e talvez a maior novidade do século 21, de rotatividade migratória para a maioria dos estados brasileiros.

Referências

- BAENINGER, R. São Paulo e suas migrações no final do século XX. *Revista São Paulo em Perspectiva*. Fundação Seade, 2005.
- ______. Região, Metrópole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes. Brasil, 1980-1996. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, 1999.
- BILSBORROW, R. E. (org.). *Migration, urbanization and development:* new directions and issues. New York: UNFPA/Kluwer, 1996.
- BRITO, F e CARVALHO, J.A. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. *Parcerias Estratégicas*, CGEE, n. 22, junho 2006.
- BRITO, F., GARCIA, R. e SOUZA, R. As tendências recentes das

- migrações interestaduais e o padrão migratório. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14, Caxambu, 2004.
- CANO, W. Migrações, desenvolvimento e crise no Brasil. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1996. (mimeo)
- CELADE (Centro Latinoamericano de Demografia). Dinâmica de la población en las grandes ciudades en América Latina y Caribe. *Documentos Docentes*, Santiago de Chile, 1994.
- CUNHA, J. M. P (Des) continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1990/1991: qual o efeito da crise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1998.
- CUNHA, J. M. e BAENINGER, R. Cenários da Migração no Brasil nos anos 90. *Cadernos do CRH*, Salvador, v. 18, n. 43, jan/abr. 2005
- CUNHA, J. M. A Migração no Brasil no começo do Século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. *Parcerias Estratégicas*, CGEE, n. 22, junho 2006.
- DINIZ, C. C.. Dinâmica regional recente e suas perspectivas. In: AFFONSO, R., SILVA, P. L. B. *A federação em perspectiva: ensaios selecionados*. São Paulo: Fundap, 1995. p. 417-429.
- DOMENACH, H.; PICOUET, M. El caráter de reversibilidad en el estudio de la. migración. *Notas de Población*, Santiago de Chile, CELADE, n. 49, 1990
- EBANKS, E. G. *Determinantes socioeconómicos de la migración interna*. Santiago de Chile, CELADE, 1993.
- FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. *Novos Estudos CEBRAP* 29, São Paulo, p. 98-119, mar.1991.
- HAKKERT, R. e MARTINE, G. Tendências Migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. *Parcerias Estratégicas*, CGEE, n. 22, junho 2006.

- LATTES, A. E. Population distribution in Latin America: is there a trend towards population deconcentration? In: Population, distribution and migration. New York: United Nations, 1998.
- MARTINE, G. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, R. B. A., SILVA, P. L. B. (orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento (Federalismo no Brasil)*. São Paulo: FUNDAP/Ed. UNESP, 1995. p. 61-91.
- ______, CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, ABEP, 1(2), p. 99-143, jan./ dez. 1984.
- NEGRI, B. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- PACHECO, C. A. Fragmentação da nação. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.
- ______, PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998. *Anais...* Curitiba: ABEP/IPARDES, 1998.
- VILLA, M., RODRIGUEZ, J. Dinámica sociodemografica de las metrópolis latinoamericanas. In: Grandes ciudades de América Latina: dos capítulos. *Documentos Docentes*, Santiago de Chile, Centro Latinoamericano de Demografia-CELADE, Naciones Unidas-FNUAP, 1994.